

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação:
A Aymoré CFI Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2022 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$1.761 milhão, sendo o rendimento de R\$5,91 por lote de mil ações e rentabilidade anualizada de 7,66%, sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 2,93% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$43.648 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$60.654 milhões, destacando-se R\$52.957 milhões por Operações de Crédito e R\$4.219 milhões por Títulos e Valores Mobiliários. Destaca-se no total de captações R\$14.318 milhões por Depósitos Interfinanceiros.

Eventos Societários
Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") formalizaram o Banco PSA Finance S.A. ("Banco PSA") e Stellantis Services Ltd. ("Stellantis Services"), contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças para a venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Banco PSA, e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("PSA Corretora"), para a Stellantis Services ("Operação"). A efetivação da Operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis. Após a implementação destas condições e com o fechamento da Operação, o Banco PSA passará a ser o único acionista do Banco PSA e a Stellantis Services passará a ser a única acionista da PSA Corretora.

Auditoria Independente

A política de atuação da Aymoré CFI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de qualquer dos serviços pelo Comitê de Auditoria da Aymoré CFI.
A atuação da CFI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Aymoré CFI confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Refutada a avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 29 de março de 2023.
A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante e não Circulante		60.654.021	59.429.190	Receitas da Intermediação Financeira		5.794.849	11.189.619
Disponibilidades	4	81.960	181.041	Operações de Crédito		5.234.415	10.256.827
Instrumentos Financeiros		58.659.602	55.955.553	Operações de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		559.946	932.303
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	1.483.751	1.193.675	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		488	489
Títulos e Valores Mobiliários	6	4.218.624	3.155.281	Despesas da Intermediação Financeira		(2.296.626)	(6.139.525)
Operações de Crédito	7	52.957.227	51.576.177	Operações de Captação no Mercado		(309.895)	(2.431.462)
Outros Ativos Financeiros		-	28.420	Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.986.731)	(3.708.063)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(3.588.011)	(3.230.165)	Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.498.223	5.050.094
Outros Ativos Fiscais	9	2.510.505	3.225.543	Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.225.082)	(1.997.305)
Investimentos	10	389.625	359.879	Receitas de Prestação de Serviços	18	48.891	93.477
Participações em Coligadas e Controladas		356.700	319.458	Rendidas de Tarifas Bancárias	18	304.873	538.824
Ágio		32.925	40.421	Despesas de Pessoal	19	(115.745)	(214.095)
Intangível de Uso	11	2.713	4.231	Outras Despesas Administrativas	20	(492.955)	(944.320)
Intangível	12	101	1.704	Despesas Tributárias	8.d	(346.407)	(568.141)
				Resultado de Participação em Controladas	10	22.727	50.659
				Outras Receitas Operacionais	21	340.926	992.350
				Outras Despesas Operacionais	22	(987.392)	(1.946.059)
				Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	2.273.141	3.052.789	1.758.575
				Resultado não Operacional	(2.971)	(4.646)	(1.392)
				Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	2.270.170	3.048.143	1.757.183
				Imposto de Renda e Contribuição Social	8.d	(866.893)	(1.254.359)
				Provisão para Imposto de Renda		(229.588)	(510.822)
				Provisão para Contribuição Social		(637.305)	(743.537)
				Ativo Fiscal Diferido		(479.043)	(400.007)
				Participações no Lucro		(17.705)	(32.831)
				Lucro Líquido		1.385.572	1.760.953
				Nº de Ações	16.a	50.159.411	50.159.411
				Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		27,62	35,11
							351,84

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				Ajustes de Avaliação Patrimonial			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Próprijs	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		857.516	204.034	1.243.637	16	(51)	2.305.203
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios							
Distribuição de Dividendos com Base em Reservas Lucro Líquido	16.b	-	-	-	-	(249.285)	(249.285)
Reserva Legal	16.c	-	50.613	-	-	1.012.267	1.012.267
Reserva para Equalização de Dividendos	16.d	-	-	356.184	-	(356.184)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	356.185	-	(356.185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		857.516	204.034	1.243.637	16	(51)	2.305.203
Mutações no Exercício							
Saldos em 31 de dezembro de 2021		857.516	204.034	1.243.637	16	(51)	2.305.203
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios							
Aumento de Capital	16.a	40.000.000	-	-	-	-	40.000.000
Aumento de Capital com Base em Reservas Lucro Líquido	16.a	590.157	-	(590.157)	-	-	-
Reserva Legal	16.c	-	88.048	-	-	1.760.953	1.760.953
Dividendos Mínimos Obrigatórios	16.b	-	-	-	-	(88.048)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	16.d	-	-	627.340	-	(418.226)	(418.226)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	627.340	-	(627.340)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		41.447.673	292.082	1.908.160	12	(4)	43.647.927
Mutações no Exercício							
Saldos em 30 de junho de 2022		40.590.157	88.048	664.522	12	(4)	41.342.723
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios							
Aumento de Capital	16.a	30.000.000	-	-	-	-	30.000.000
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	1.385.572
Reserva Legal	16.c	-	69.279	-	-	(69.279)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	16.b	-	-	-	-	(418.226)	(418.226)
Reserva para Equalização de Dividendos	16.d	-	-	449.034	-	(449.034)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	449.034	-	(449.034)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		41.447.673	292.082	1.908.160	12	(4)	43.647.927
Mutações no Semestre							
		30.000.000	396.867	999.667	(4)	-	30.967.342

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), constituída na forma de sociedade anônima e, como instituição financeira, é regulada pelo Banco Central do Brasil. É uma subsidiária integral controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) e tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados por aquelas instituições, a Aymoré CFI e o Banco Santander, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Aymoré CFI foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen.

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do Capital Social da Aymoré CFI (Nota 16.c). As normas do Bacen prevêm a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.

Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022:

• Resolução CMN nº 4.817/2020, que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. A Aymoré CFI já adota o procedimento estabelecido.

• Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Aymoré CFI já adota estes pronunciamentos técnicos.

• Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. A Aymoré CFI já adota os procedimentos estabelecidos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentro das principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo do CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF pela Aymoré CFI, estão contidas no Plano de Implementação do Conglomerado Santander.

O Plano de Implementação dos referidos normativos no Conglomerado Santander está segregado em três pilares:

(i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados à definição e acompanhamento da implementação;
(ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
(iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo Bacen para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabeleceu a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Aymoré CFI está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A Resolução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelece regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Aymoré CFI está avaliando impactos desta normativa.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 29 de março de 2023.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Ajustes de Valor e Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.

As categorias títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira da Aymoré de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

A categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira da Aymoré de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 29 de março de 2023.

podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), constituída na forma de sociedade anônima e, como instituição financeira, é regulada pelo Banco Central do Brasil. É uma subsidiária integral controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) e tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados por aquelas instituições, a Aymoré CFI e o Banco Santander, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

f) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em carteira ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

A Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 30 dias) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido patrimonialmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção de riscos têm seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação do risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

g) Outros Valores e Bens
Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em doação de pagamento.

h) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários
Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação patrimonial e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.



Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

p) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprimento esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

q) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
O resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 24.

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	81.960	181.000	10.252
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	106.018	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	106.018	-	-
Total	187.978	181.041	10.252

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e saldos finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações no Mercado Aberto	292.533	1.191.218	1.483.751	1.195.675
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	292.533	1.191.218	1.483.751	1.195.675
Total	292.533	1.191.218	1.483.751	1.195.675

6. Títulos e Valores Mobiliários
a) Títulos e Valores Mobiliários
l) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2022	31/12/2021
Valor do Custo Amortizado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda		
Títulos Privados	3.599.718	3.599.718
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾⁽²⁾	3.599.718	3.599.718
Títulos para Negociação		
Títulos Privados	618.906	618.906
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	618.906	618.906
Total	4.218.624	4.218.624

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022, a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas vinculadas a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2022, as carteiras dos Fundos de Investimento estão compostas basicamente por ações de companhias abertas e debêntures.
O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Aymoré CFI não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Carteira de Créditos e Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito	52.957.227	51.576.177
Financiamentos	51.842.669	49.966.730
Empréstimos e Títulos Descontados	1.114.558	1.609.447
Outros Créditos	1.847.487	2.554.338
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾ (Nota 9)	1.847.487	2.554.338
Total	54.804.714	54.130.515

⁽¹⁾ Referem-se, substancialmente, a créditos adquiridos de lojistas.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas	1.194.624	1.074.034
A Vencer ⁽¹⁾ :		
Até 3 Meses	7.747.419	7.588.661
De 3 a 12 Meses	17.474.107	17.422.146
Acima de 12 Meses	28.388.566	28.045.674
Total	54.804.714	54.130.515

⁽¹⁾ A abertura de prazo é feita considerando o vencimento das parcelas.

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2022	31/12/2021
Sector Privado	693.591	569.560
Indústria	2.039.847	1.834.243
Comércio	9.141	7.550
Instituições Financeiras	3.588.135	3.745.296
Serviços e Outros	48.586.442	47.958.442
Pessoas Físicas	17.538	15.424
Agricultura	54.804.714	54.130.515

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão			
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional	Total	
AA	0%	14.508.146	-	14.508.146	-	-	-	-
A	0,5%	24.915.711	-	24.915.711	124.579	-	124.579	-
B	1%	5.054.105	1.523.260	6.577.365	65.774	-	65.774	-
C	3%	1.543.945	1.524.166	3.068.111	92.043	-	92.043	-
D	10%	617.529	909.618	1.527.147	152.715	-	152.715	-
E	30%	168.692	650.615	819.307	245.792	-	245.792	-
F	50%	110.361	548.210	658.571	329.286	-	329.286	-
G	70%	76.905	431.542	508.447	355.913	-	355.913	-
H	100%	313.949	1.907.961	2.221.909	2.221.909	-	2.221.909	-
Total	47.309.342	7.495.372	54.804.714	3.588.011	-	-	3.588.011	-

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão			
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional	Total	
AA	0%	17.062.765	-	17.062.765	-	-	-	-
A	0,5%	23.651.244	-	23.651.244	118.256	-	118.256	-
B	1%	4.650.270	1.352.180	6.002.450	60.025	-	60.025	-
C	3%	1.738.671	1.218.473	2.957.144	88.714	-	88.714	-
D	10%	478.234	694.561	1.172.795	117.278	39.485	156.763	-
E	30%	146.809	504.861	651.670	195.510	130.008	325.508	-
F	50%	98.423	405.330	503.753	251.877	100.499	352.376	-
G	70%	76.406	290.895	367.301	257.111	110.007	367.119	-
H	100%	283.119	1.478.284	1.761.403	1.761.403	-	1.761.403	-
Total	48.185.941	5.944.574	54.130.515	2.850.165	380.000	3.230.165	2.002.691	-

⁽¹⁾ Inclui parcelas vencidas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	3.230.165	2.465.855
Constituições Líquidas das Reversões	3.708.063	2.573.549
Baixas	(3.350.217)	(1.809.239)
Saldo Final	3.588.011	3.230.165
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	405.223	278.974

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

f) Créditos Renegociados

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Renegociados	4.327.101	3.175.569
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.474.156)	(893.363)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	34%	28%

8. Ativos e Passivos Fiscais
a) Créditos Tributários
a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Origens		Saldo em 31/12/2021	Consti-tuição Realização	Saldo em 31/12/2022	
	31/12/2022	31/12/2021				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.289.694	5.480.218	2.192.088	1.357.530	(1.833.740)	1.715.878
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	171.822	176.296	70.519	51.592	(53.382)	68.729
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.373.681	1.288.987	513.208	34.702	(825)	547.085
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	195.447	177.524	71.010	18.200	(11.190)	78.020
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	26.160	22.818	9.127	13.132	(11.795)	10.164
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	174.765	99.635	39.375	102.637	(72.967)	69.145
Total dos Créditos Tributários	6.231.169	7.245.478	2.895.327	1.577.793	(1.983.799)	2.489.321

⁽¹⁾ Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativa e depósitos judiciais. A Aymoré CFI não possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2023	747.537	446.295	1.193.832
2024	398.523	239.266	637.789
2025	398.255	239.102	637.357
2026	12.191	7.314	19.505
2027	-	-	-
2028 a 2032	526	312	838
Total	1.557.032	932.289	2.489.321

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários
O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 2.237.469 (31/12/2021 - 2.755.354), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Fiscais e Previdenciárias
As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	305.993	604.468
Provisão para Tributos Diferidos	4	6
Impostos e Contribuições a Pagar	69.835	49.746
Total	375.832	654.240

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2022
Mais Valia dos Intangíveis da Super	6	(2)	4
Total	6	(2)	4

b.2) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2023	0,3	0,1	0,4
2024	0,3	0,1	0,4
2025	0,3	0,1	0,4
2026	0,3	0,1	0,4
2027	0,3	0,2	0,5
2028 a 2032	1,2	0,7	1,9
Total	2,7	1,3	4,0

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	3.048.143	1.757.183
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(32.831)	(33.326)
Resultado antes dos Impostos	3.015.312	1.723.857

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 16% ⁽²⁾

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	20.446	11.469
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	169.218	1.225
Juros sobre o Capital Próprio	-	(2.858)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(245.919)	-
Demais Ajustes CSLL 1%	12.314	(25.113)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(125.459)	(711.590)

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2021, a Lei nº 14.183/2021 majorou a alíquota das empresas financeiras de 15% para 20% e dos Bancos de 20% para 25% de julho a dezembro de 2021. Em 2022, a CSLL foi majorada de 15% para 16% para empresas Financeiras e de 20% para 21% de agosto a dezembro de 2022, de acordo com a Lei 14.448/22.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Despesas com Cofins	386.472	283.663
Despesas com PIS	62.802	46.095
Despesas com ISS	33.068	28.618
Atualizações de Impostos e Contribuições (1)	82.874	27.147
Outras	2.925	1.884
Total	568.141	387.407

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

9. Outros Ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a)	1.847.487	2.554.338
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	414.279	391.466
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	76.168	67.332
Para Interposição de Recursos Cíveis	98.862	110.826
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento	239	185
Adiantamentos Salariais	1.265	1.165
Pagamentos a ressarcir	4	4
Outros	42.243	71.253
Rendas a Receber	17.165	20.011
Outros Valores e Bens	8.212	4.829
Despesas Antecipadas	3.581	4.138
Total	2.510.505	3.225.543

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Aymoré CFI patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Sanprev Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Sanprev Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev	
	31/12/2022	31/12/2021
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5)	(8)
Valor Justo dos Ativos do Plano	16	24
Sendo:		
Superávit	11	16
Valor não Reconhecido como Ativo	1	2
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	10	14
Receitas (Despesas) Reconhecidas	1	3
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	11	16
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(7)	(149)

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 9,64% (2021 - 8,39%);
- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 9,64% (2021 - 8,39%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,00% (2021 - 3,00%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 3,77% (2021 - 3,52%); e
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2021 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev	
	31/12/2022	31/12/2021
Experiência do Plano	2	62
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	3
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	3	65
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(9)	(161)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(9)	(161)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1	10
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:		
	Duração (em anos)	
	31/12/2022	31/12/2021
Sanprev II	16,88	23,60

II) Santander Previ

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Banco Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2022 em despesas de pessoal referente ao plano foi de R\$1.418 (31/12/2021 - R\$1.329).

III) SBPREV

A partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2022 foram de R\$334 (31/12/2021 - R\$208).

b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos,

cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No segundo semestre de 2022, não foram registradas despesas "pro rata" para os programas de remuneração baseado em ações.

24. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

c) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	01/01 a 31/12/2022	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	01/01 a 31/12/2021
Receitas de Intermediação Financeira	11.189.619	-	11.189.619	9.405.963	-	9.405.963
Despesas de Intermediação Financeira	(6.139.525)	-	(6.139.525)	(5.468.878)	-	(2.266.146)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	5.050.094	-	5.050.094	3.937.085	-	3.937.085
Outras Receitas (Despesas)						
Operacionais ⁽¹⁾	(1.997.305)	(8.594)	(2.005.899)	(2.177.208)	(1.302)	(926.659)
Resultado Operacional	3.052.789	(8.594)	3.044.195	1.759.877	(1.302)	1.758.575
Resultado Não Operacional						
Operacional	(4.646)	-	(4.646)	(1.392)	-	(1.131)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	3.048.143	(8.594)	3.039.549	1.758.485	(1.302)	1.757.183
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽¹⁾	(1.254.359)	3.867	(1.250.492)	(712.111)	521	(711.590)
Participações no Lucro	(32.831)	-	(32.831)	(33.326)	-	(33.326)
Lucro Líquido	1.760.953	(4.727)	1.756.226	1.013.048	(781)	1.012.267

⁽¹⁾ Amortização de ágio em intangíveis reconhecido em outras despesas administrativas no valor antes de tributos de R\$8.594 (31/12/2021 - R\$1.302), com impacto líquido de tributos de R\$4.727 (31/12/2021 - R\$781).

DIRETORIA

Diretor Presidente

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Antonio Pardo de Santayana Montes

Reginaldo Antonio Ribeiro

Francisco Javier Muñoz Bermejo

Ricardo Olivare de Magalhães

Contador

Diego Santos Almeida - CRC nº 1SP 316054/O-4

Andre de Carvalho Novaes

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Marcio Giovanni

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

